



21145986



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 01/12/2022		
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos		
PARTICIPANTES	ÓRGÃO	
Eliza Simões	GM	
Antonio Ramirez Lorenzo	SE	
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE	
David de Lima Freitas	SPO	
Rogério Xavier Rocha	SAA	
Rodrigo Lange	DTIC	
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI	
Lucas Alves de Lima Barros de Goes	AFEPAR	
Rodrigo Barros de Souza	AEAL	
Lauro de Castro Beltrão Filho	ASINT	
Giselli dos Santos	CONJUR	
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN	
Bruno Andrade Costa	SENAJUS	
Rodrigo Henrique Roca Pires	SENACON	
Giovanni Magliano Jr.	SENAD	
Priscilla Oliveira	SENASP	

Braulio do Carmo Vieira de Melo	SEOPI	
Josélio A. Sousa	DEPEN	
Caio R. Pellim	PF	
Marco Antonio Territo Barros	PRF	
Leandro Esteves de Freitas	AN	
Rodrigo de S. Alves	FUNAI	
Paulo Eduardo Silva de Oliveira	CADE	
Felipe Uchoa dos Santos	OUV	
<p>PAUTA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Informe DTIC/SE; 4. Informe SPO/SE; 5. Informe AECl; 6. Balanço dos principais resultados do Ministério; e 7. Encaminhamentos. 		
DELIBERAÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> 1. O Secretário-Executivo, Sr. Antonio Ramirez Lorenzo, abriu a reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, referente ao mês de novembro, agradecendo a presença dos titulares e justificando a alteração da data do encontro para que as unidades pudessem se preparar para uma breve apresentação de seus respectivos balanços de gestão. Logo, percorreu a pauta prevista a ser tratada anteriormente às exposições de resultados das áreas. 2. Em seguida, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, tratou sobre a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP – PDTIC 2021-2023. O documento apresenta o PDTIC do MJSP e suas revisões durante a vigência estabelecida, possibilitando justificar os recursos aplicados em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Após análise e consolidação das informações foi realizada validação prévia do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC. Reforçou que a versão revisada do referido Plano foi disponibilizada aos titulares e pontos focais, via e-mail, para análise em 21 de novembro de 2022, com posterior retificação em 25 de novembro de 2022. Na sequência, o Sr. Antonio Ramirez Lorenzo submeteu aos membros do CGE a aprovação da revisão do PDTIC 2021-2023, sendo validada sem ressalvas. 3. O Sr. Rodrigo Lange trouxe ainda informações sobre a Campanhas de Simulação de <i>Phishing</i> – MJSP, sendo utilizadas técnicas para a obtenção de dados dos servidores a partir de links disponibilizados via e-mail. A campanha apresentou os seguintes resultados: 2.307 usuários participaram da campanha, dos quais 1.163 não visualizaram o e-mail (50,41%) e 1.144 visualizaram (49,6%). Dentre aqueles que visualizaram, 401 pessoas clicaram no link (35%) e, dessas, 131 submeteram seus dados (11,4%), sendo considerado um percentual elevado, de acordo com a análise da área de TIC. Apenas 53 usuários (4,6%) reportaram sobre o e-mail 		

malicioso, com necessidade de ampliação. Dessa forma, novas campanhas de conscientização para todos os servidores do Ministério estão sendo planejadas.

4. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, retomou alguns item de pauta da reunião do CGE do mês de outubro de 2022, especificamente sobre os documentos relacionados ao Planejamento Estratégico 2020-2023, quais sejam: i) Caderno da Gestão Estratégica: que detalha o processo de gestão estratégica, referente à elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, bem como ao rito de monitoramento, avaliação e revisão da estratégia; e ii) Relatório de Avaliação de 2021: contendo análise da situação alcançada pelos indicadores e projetos estratégicos vigentes ao longo do exercício de 2021. O Secretário-Executivo mencionou que, dentre as atividades conduzidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, a melhoria da governança no âmbito do Ministério tem sido constante esforço da unidade, com nítidos avanços observados. Os produtos relacionados já haviam sido encaminhados para as unidades via SEI, para análise. Assim, os instrumentos do Planejamento Estratégico 2020-2023 foram submetidos aos membros do CGE, sendo validados sem ressalvas.
5. O Subsecretário tratou ainda sobre a elaboração de relatórios governamentais. A Mensagem Presidencial 2023, contendo os principais resultados do MJSP nos últimos 4 anos, encontra-se em processo de aprovação pelo Gabinete do Ministro – GM e pela Secretaria-Executiva – SE. O relatório será enviado à Presidência da República, via Sistema Governa, em 01 de dezembro de 2022. Reforçou ainda que a Mensagem Presidencial será atualizada no início de janeiro de 2023, sendo necessária atenção das unidades quanto à participação de servidores que tenham acesso às informações e conhecimento técnico neste processo. Referente à Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR – Exercício 2022, foi iniciado o processo de elaboração do relatório, tendo como orientações a Instrução Normativa SFC/CGU nº 13, de 23 de novembro de 2022. Comunicou aos presentes que o programa finalístico selecionado para o Ministério consiste no Programa 5016 – Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento e solicitou às unidades envolvidas que se atentem para as informações a serem encaminhadas para que sejam coincidentes àquelas que serão fornecidas no monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.
6. O próximo item de pauta abordado pelo Sr. David Freitas diz respeito a assuntos orçamentários e contábeis, apresentando o Ranking de Execução Orçamentária, com 98,63% do orçamento empenhado, desconsiderando os valores bloqueados. A SPO se colocou à disposição para auxiliar as unidades na execução dos recursos em sua integralidade. Com relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o orçamento já se encontra com 88,25% empenhado, com necessidade de ser observado o disposto no normativo Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, principalmente acerca das datas estabelecidas para o calendário orçamentário e da obrigatoriedade do Ministro de Estado informar ao Ministério da Economia – ME sobre o recurso que efetivamente será empenhado pelo órgão, destacando o previsto na Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019. Nesse sentido, as unidades que não executarem integralmente seus valores disponíveis deverão elaborar justificativa para compor o ofício do Sr. Ministro. Os limites de pagamento também foram tratados no Decreto mencionado, com a necessidade de o dirigente máximo informar, em caráter obrigatório, quanto será pago pelo Ministério até o final do exercício. Dessa forma, foi instruído processo SEI para realizar levantamento das demandas de pagamento das unidades do MJSP até o final do ano, onde os valores informados serão apresentados ao ME, a fim de evitar o empoçamento de recursos. O Secretário-Executivo fez uso da palavra agradecendo o trabalho das unidades na execução de seus respectivos orçamentos, pontuando algumas questões de atenção para que o Ministério execute seus recursos na integralidade e com qualidade.
7. Dando seguimento, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, Sr. Cláudio Antônio Py, atualizou as informações relacionadas às recomendações e determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, em que foram alertadas pendências de algumas unidades e enviadas Notas Técnicas, via SEI, com destaque de itens a serem observados. Embora existam determinações do TCU estabelecidas para o próximo exercício, reforçou que estas podem ser

trabalhadas na tentativa de serem atendidas e cumprimentos ainda no ano de 2022. No âmbito da Controladoria-Geral da União – CGU, novas recomendações foram acrescentadas no Sistema e-Aud no mês de novembro, razão pela qual a AECI atuará junto às unidades para reduzir o quantitativo daquelas que necessitam de providências do gestor, atualmente em um total de 40. Sobre as auditorias em curso, o Sr. Cláudio Py destacou aquelas do TCU relacionadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSP e ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, bem como acerca da Gestão de Ativos, de Refúgio e do Mapeamento do Universo de Auditoria do Arquivo Nacional, sob análise do CGU. Alertou também sobre a elaboração do Relatório de Gestão Integrado – Exercício de 2022, especificamente sobre a importância de se manter atualizado o rol de responsáveis do órgão, com o efetivo exercício e afastamentos legais dos titulares e seus substitutos. Na sequência, comunicou acerca do andamento do Programa de Integridade: i) Medidas de tratamento: existência de 29 medidas de tratamento que possuem o prazo de 31 de dezembro de 2022 para serem implementadas. Caso determinada unidade avalie a necessidade de prorrogação, deverá realizar justificativa à AECI, informando previsão de nova data; ii) Campanha de Integridade: divulgação de 5 cards e vídeo sobre o Programa de Integridade e os valores institucionais da Pasta, via e-mail institucional e *Instagram*. Além disso, mencionou que, assim como no Programa de Integridade, as unidades que possuem medidas de tratamento de risco com prazo final previsto até o dia 31 de dezembro de 2022 deverão analisar a viabilidade de serem implementadas e, caso precisem de ampliar o prazo, que façam a devida justificativa. De modo antecipado, a Polícia Rodoviária Federal – PRF já havia se manifestado à AECI, solicitando alteração do prazo para junho de 2023, com justificativa aceita pela unidade de controle interno.

8. Logo em seguida foi realizado um balanço com os principais resultados do Ministério ao longo da gestão. Os titulares ou representantes de todas as áreas finalísticas tiveram a oportunidade de apresentar o panorama de realizações consideradas mais relevantes do período, bem como os desafios enfrentados.
9. Após as apresentações, o Secretário-Executivo adjunto, Sr. Washington Bonini, cumprimentou e agradeceu a todos pela possibilidade de compartilhar o período de gestão com os presentes, em especial ao Secretário-Executivo pela confiança, registrando que, os desafios enfrentados no dia a dia, por vezes, não permitem observar a grandiosidade dos sucessos obtidos e que, ao longo dos últimos 4 anos, muitas conquistas foram alcançadas e que o ano se encerra com o sentimento de dever cumprido.
10. Ao finalizar a reunião, o Sr. Antonio Ramirez passou alguns encaminhamentos. O fluxo mensal de monitoramento do planejamento estratégico, realizado por meio de pontos focais, terá como prazo o dia 12 de dezembro de 2022. Agradeceu a presença de todos e aos titulares das áreas-meio que não apresentaram no evento pela dedicação: Ouvidoria-Geral, Subsecretaria de Administração – SAA, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, Consultoria Jurídica – Conjur, Assessoria Especial Internacional – ASINT, Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares – AFEPAR e Assessoria Especial de Assuntos Legislativos – AEAL, além das chefias de gabinete e coordenadores dos gabinetes.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 12/12/2022, às 18:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 12/12/2022, às 19:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 13/12/2022, às 10:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 13/12/2022, às 11:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZA PIMENTEL DA COSTA SIMOES, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 13/12/2022, às 12:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAIO RODRIGO PELLIM, Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 12:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Esteves de Freitas, Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 14:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Henrique Roca Pires, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 13/12/2022, às 14:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 13/12/2022, às 16:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a) de Operações Integradas - Substituto(a)**, em 13/12/2022, às 16:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 13/12/2022, às 19:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 14/12/2022, às 14:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 14/12/2022, às 17:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 14/12/2022, às 18:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 22/12/2022, às 10:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 22/12/2022, às 19:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 27/12/2022, às 16:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **21145986** e o código CRC **3D988586**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 21145986